



Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo
CNPJ nº 29.030.467/0001-66
Av. Brigadeiro Faria Lima nº 2.277, 7º Andar
CEP 01452-000, São Paulo - SP



Tel.: (11) 2202-8100
www.br.scotiabank.com

Demonstrações Financeiras dos Semestres Findos em 30 de Junho de 2018 e 2017

Sumário

Relatório da Administração	3
Balancos Patrimoniais	3
Demonstrações de Resultado	4
Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Método Indireto)	4
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.....	5
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	5
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras.....	11

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Diretoria do Scotiabank Brasil submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras dos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017, acompanhados das notas explicativas e do parecer dos auditores independentes, elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, configuradas pela Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários. A administração garante a capacidade financeira do Banco e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados nesta categoria, de acordo com os preceitos da Circular BACEN nº 3.068.

Agradecimentos

O Scotiabank Brasil agradece a todos seus clientes pela confiança e apoio, e a seus funcionários e colaboradores, pela dedicação, ética, profissionalismo e comprometimento.

Diretoria Executiva

Balancos Patrimoniais

em 30 de Junho de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

Ativo	2018	2017	Passivo	2018	2017
Circulante	3.230.304	2.717.156	Circulante	2.096.033	1.153.640
Disponibilidades	38.395	14.669	Depósitos	402.839	560.217
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.402.614	670.614	Depósitos à vista	146	206
Aplicações no mercado aberto	1.307.606	560.056	Depósitos interfinanceiros	25.179	70.089
Aplicações em depósitos interfinanceiros	95.008	110.558	Depósitos a prazo	377.514	489.922
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	612.254	1.443.243	Captações no mercado aberto	40.503	-
Carteira própria	151.214	535.351	Carteira própria	40.503	-
Vinculados a operações compromissadas	40.569	-	Recursos de aceites e emissão de títulos e similares	859	20.935
Instrumentos financeiros derivativos	36.749	241.954	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	-	1.004
Vinculados a prestação de garantias	383.722	665.938	Relações interdependências	-	1.004
Relações interfinanceiras	4	13	Recursos em trânsito de terceiros	-	1.004
Créditos vinculados:			Obrigações por empréstimos	1.238.453	466.433
Depósitos no Banco Central	4	13	Empréstimos no exterior	1.238.453	466.433
Operações de crédito	682.096	212.511	Instrumentos financeiros derivativos	202.267	36.684
Operações de crédito			Instrumentos financeiros derivativos	202.267	36.684
Setor privado	682.779	214.821	Outras obrigações	211.112	68.367
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(683)	(2.310)	Carteira de câmbio	142.556	9.679
Outros créditos	493.945	375.282	Fiscais e previdenciárias	48.381	44.454
Carteira de câmbio	516.079	298.739	Negociação e intermediação de valores	2.967	1.049
Rendas a receber	4	6	Diversas	17.208	13.185
Negociação e intermediação de valores	40.939	1.196	Exigível a longo prazo	1.270.472	1.810.533
Diversos	21.065	176.882	Depósitos	131.626	1.174.997
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(84.142)	(101.541)	Depósitos a prazo	131.626	1.174.997
Outros valores e bens	996	824	Recursos de aceites e emissão de títulos e similares	-	738
Despesas antecipadas	996	824	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	-	738
Realizável a longo prazo	1.158.865	744.494	Obrigações por empréstimos	651.638	569.750
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	368.823	97.816	Empréstimos no exterior	651.638	569.750
Carteira própria	-	17.406	Instrumentos financeiros derivativos	421.295	14.291
Instrumentos financeiros derivativos	19.709	80.410	Instrumentos financeiros derivativos	421.295	14.291
Vinculados a prestação de garantias	349.114	-	Outras obrigações	65.913	50.757
Operações de crédito	703.548	593.699	Fiscais e previdenciárias	34.969	22.045
Operações de crédito			Diversas	30.944	28.712
Setor privado	705.564	594.199	Patrimônio líquido	1.026.396	501.168
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.016)	(500)	Capital:		
Outros créditos	86.485	52.936	De domiciliados no exterior	796.036	321.121
Diversos	86.485	52.936	Reservas de lucros	204.499	200.698
Outros valores e bens	9	43	Ajustes de avaliação patrimonial	(5.890)	128
Despesas antecipadas	9	43	Lucros (prejuízos) acumulados	31.751	(20.779)
Permanente	3.732	3.691			
Investimentos	6	6			
Outros investimentos	6	6			
Imobilizado de uso	3.469	3.260			
Outras imobilizações de uso	13.625	12.881			
Depreciações acumuladas	(10.156)	(9.621)			
Intangível	257	425			
Ativos intangíveis	998	1.121			
Amortizações acumuladas	(741)	(696)			
Total do ativo	4.392.901	3.465.341	Total do passivo	4.392.901	3.465.341

Demonstrações de Resultado

Semestres Findos em 30 de Junho de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido (prejuízo) por lote de mil ações)

	2018	2017
Receitas da intermediação financeira	381.121	150.856
Operações de crédito	148.039	51.418
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	76.699	98.972
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	112.551	(4.810)
Resultado de operações de câmbio	43.832	5.276
Despesas da intermediação financeira	(303.268)	(182.946)
Operações de captação no mercado	(37.068)	(85.854)
Operações de empréstimos	(253.648)	(19.225)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.552)	(77.867)
Resultado bruto da intermediação financeira	77.853	(32.090)
Outras receitas (despesas) operacionais	(20.476)	(7.176)
Receitas de prestação de serviços	20.319	20.838
Despesas de pessoal	(24.553)	(20.580)
Outras despesas administrativas	(10.061)	(9.557)
Despesas tributárias	(8.725)	(2.198)
Outras receitas operacionais	3.242	6.097
Outras despesas operacionais	(698)	(1.776)
Resultado operacional	57.377	(39.266)
Resultado não operacional	(12)	(60)
Resultado antes da tributação e participações no lucro	57.365	(39.326)
Imposto de renda e contribuição social	(23.943)	18.547
Provisão para imposto de renda	(17.704)	(10.410)
Provisão para contribuição social	(10.020)	(8.310)
Ativo fiscal diferido	3.781	37.267
Lucro líquido (prejuízo) do semestre	33.422	(20.779)
Lucro líquido (prejuízo) por lote de 1.000 ações - R\$	7,96	(9,35)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Método Indireto)

Semestres Findos em 30 de Junho de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	2018	2017
Atividades operacionais		
Lucro líquido ajustado	40.497	58.337
Lucro líquido (prejuízo) do semestre	33.422	(20.779)
Ajustes ao lucro líquido (prejuízo)	7.075	79.116
Despesa (reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(780)	1.634
Despesa de provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	13.332	76.233
Depreciações e amortizações	512	546
Perda na baixa de imobilizado de uso	3	-
Despesa de provisão para passivos contingentes e obrigações legais	307	686
Ajuste ao valor de mercado em ativos financeiros disponíveis para venda	(6.299)	17
Variação de ativos e obrigações	(842.349)	(217.435)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(202.141)	-
Redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	335.211	191.237
Redução em relações interfinanceiras	113	2.279
Aumento em relações interdependências	-	567
(Aumento) em operações de crédito	(587.176)	(482.057)
Redução em outros créditos	116.044	495.542
(Aumento) em outros valores e bens	(497)	(256)
Aumento (redução) em depósitos	(787.213)	326.324
Aumento em captações no mercado aberto	40.503	-
Aumento (redução) em recursos de aceites e emissão de títulos	63	(60.628)
Aumento (redução) em obrigações por empréstimos	601.634	(277.899)
(Redução) em outras obrigações	(358.890)	(412.353)
(Redução) em resultado de exercícios futuros	-	(191)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(801.852)	(159.098)
Atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado de uso	(767)	(722)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(767)	(722)
Atividades de financiamentos		
Aumento de capital em dinheiro	474.915	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	474.915	-
(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(327.704)	(159.820)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	859.139	845.103
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	531.435	685.283
(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(327.704)	(159.820)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Semestres Findos em 30 de Junho de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Legal	Estatutárias			
Saldos em 1º de janeiro de 2017	321.121	18.948	181.750	111	-	521.930
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	17	-	17
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	(20.779)	(20.779)
Saldos em 30 de junho de 2017	321.121	18.948	181.750	128	(20.779)	501.168
Saldos em 1º de janeiro de 2018	321.121	19.054	183.774	408	-	524.357
Aumento de capital	474.915	-	-	-	-	474.915
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(6.298)	-	(6.298)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	33.422	33.422
Destinações:						
Reserva legal	-	1.671	-	-	(1.671)	-
Saldos em 30 de junho de 2018	796.036	20.725	183.774	(5.890)	31.751	1.026.396

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Semestres Findos em 30 de Junho de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional: O Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo ("Banco") está organizado e autorizado a exercer a sua atividade como banco múltiplo e a operar por meio das carteiras de investimento e comercial, incluindo câmbio. Os acionistas do Banco são o The Bank of Nova Scotia ("BNS") e o BNS Investments Inc. (investida integral do BNS), ambos com sede no Canadá.

2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e do Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC), quando aplicáveis. A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria Executiva em 22 de agosto de 2018. As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de certos instrumentos financeiros, provisões para contingências, outras provisões e sobre a determinação da vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. Os valores realizáveis e exigíveis até um ano e após um ano são segregados, respectivamente, em circulante e longo prazo, na forma da regulamentação vigente. As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas com base no método indireto.

3. Descrição das Principais Práticas Contábeis: a) Apuração de resultado O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. Para fins de melhor apresentação, o Banco efetua a reclassificação da variação cambial das contas "Outras receitas/despesas operacionais" diretamente para as respectivas contas "Receitas/despesas da intermediação financeira" na demonstração de resultado.

b) Ativos circulante e realizável a longo prazo: Demonstrados pelos valores de realização, deduzido quando aplicável das correspondentes rendas a apropriar, incluindo os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, e ajustados por provisão, quando aplicável até a data do balanço. **c) Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. **d) Títulos e valores mobiliários:** São registrados pelo custo de aquisição e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular BACEN nº 3.068, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração nas categorias de: "Títulos para negociação", relativo a títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo classificados no curto prazo e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período, "Títulos disponíveis para venda", que não se enquadram como na negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários e "Títulos mantidos até o vencimento", os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Para apuração do valor de mercado da carteira de títulos e valores mobiliários, os títulos públicos federais tem os seus preços ajustados para refletir o preço observável no mercado, conforme publicado pela ANBIMA. Para os títulos privados, como as debêntures, é baseado no apuração a modelo de forma independente, que consiste no cálculo do valor futuro dos fluxos de caixa acrescidos de correção monetária, descontados ao seu valor presente pela taxa de juros prefixada acrescido do spread de crédito. O Banco registra a estimativa de provisão para perdas associadas ao risco de crédito das debêntures, utilizando os critérios definidos pela Resolução CMN nº 2.682 (nota 3 "g"). No caso da aplicação em fundo de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas. **e) Instrumentos financeiros derivativos:** O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, que se destinam a atender às necessidades próprias e de seus clientes. Essas operações têm por finalidade gerenciar as exposições de riscos de mercado, que estão associadas a perdas potenciais advindas de variações em preços de ativos financeiros,

taxas de juros, moedas e índices. A política de atuação, o controle, o estabelecimento de estratégias de operações, bem como o limite dessas posições, seguem diretrizes da Administração do Banco. De acordo com a Circular BACEN nº 3.082, os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (*hedge*). As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado. Uma área independente das áreas operacionais e de negócios é responsável pela avaliação e mensuração dos ativos e passivos existentes no Banco. O cálculo do valor de mercado da carteira de instrumentos financeiros derivativos, como *swaps*, termos, operações de futuros e outros derivativos, são baseados em preços, taxas ou informações coletadas de fontes independentes, como B3 S.A., corretoras, BACEN, ANBIMA, entre outros. Os riscos de mercado e de crédito associados a esses produtos, bem como os riscos operacionais, são similares aos relacionados a outros tipos de instrumentos financeiros. Para os instrumentos financeiros derivativos, são estabelecidos e mantidos procedimentos de avaliação da necessidade de ajustes prudenciais em seus valores, previstos pela Resolução CMN nº 4.277, independente da metodologia de apuração adotada e observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Para os instrumentos financeiros negociados em balanço, os ajustes refletem o risco atribuível à qualidade creditícia do emissor ou da contraparte, mensurados por meio de metodologia aprovada internamente.

f) Operações de crédito: São registradas considerando os rendimentos auferidos, reconhecidos em base pro rata dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuadas. As receitas e encargos de qualquer natureza relativos a operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias são registrados em conta de rendas a apropriar, sendo reconhecidos em resultado quando de seu efetivo recebimento. **g) Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** Fundamentada na análise das operações em aberto, efetuada pela Administração para concluir quanto ao valor adequado para absorver prováveis perdas na sua realização levando em conta a conjuntura econômica e os riscos específicos e globais da carteira, bem como o disposto na Resolução CMN nº 2.682, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação. **h) Permanente:** Demonstrado pelos seguintes aspectos: • **Outros investimentos:** são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável; • **Imobilizado de uso:** correspondem aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil e econômica dos bens; • **Intangível:** Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. **i) Redução ao valor recuperável:** Conforme disposto pela Resolução CMN nº 3.566 que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 (*impairment*), os ativos tem o seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda. Quando o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, a perda será reconhecida diretamente no resultado. Em 30 de junho de 2018 e 2017 não foram identificadas perdas por *impairment*. **j) Passivos circulante e exigível a longo prazo:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias (em base pro rata) e cambiais incorridos. **k) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. A contribuição social é calculada à alíquota de 20% sobre

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

o resultado tributável. Como estabelecido pela Lei nº 13.169/15, a alíquota da contribuição social das instituições financeiras aumentou de 15% para 20% no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, retornando à alíquota de 15%, a partir de 1º janeiro de 2019. Em 30 de junho de 2018, o Banco possui ativos de créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social contabilizados, decorrentes de diferenças temporárias. Os créditos tributários foram constituídos considerando a alíquota da contribuição social à época de sua realização, estabelecida pela Lei nº 13.169/15. Com base na Resolução CMN nº 3.059 e alterações posteriores, os resultados tributáveis históricos e projeções de curto e médio prazo preparado pelo Banco, possibilitam uma estimativa razoável de prazo de realização destes ativos (nota 19 "c").

l) PIS e COFINS: As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente.

m) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias): O Banco segue as diretrizes da Resolução CMN nº 3.823, que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 25 - Procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas. Nas demonstrações financeiras não são reconhecidos os ativos contingentes, exceto quando da existência de evidências que propiciam a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. As ações são classificadas como perda provável, possível ou remota, sendo constituída provisão para aquelas de perda provável, de acordo com a estimativa do valor da perda, considerando a opinião de nossos assessores jurídicos, a natureza das ações e o posicionamento dos tribunais para causas de natureza semelhante. Os processos classificados como perda possível são apenas divulgados e os classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação. As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. **n) Pagamento baseado em ações:** Os funcionários elegíveis do Banco participam dos planos de pagamento baseado em ações, que são avaliados com base no preço da ação ordinária do BNS. O Banco contabiliza sua despesa no resultado dos semestres em contrapartida a uma provisão no passivo, conforme

disposto pela Resolução CMN nº 3.989 que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações (nota 21). **o) Benefícios a empregado pós-emprego:** Planos de benefícios pós-emprego ou de longo prazo, são acordos formais ou informais nos quais o Banco se compromete a proporcionar benefícios pós-emprego a um ou mais empregados, conforme Resolução CMN nº 4.424, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregado. Os planos de contribuição definida são benefícios pós-emprego, no qual o Banco como patrocinador paga contribuições fixas a uma entidade separada (fundo), não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios, relativos aos seus serviços no período corrente e em períodos anteriores. As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado. Os planos de benefício definido são benefícios pós-emprego que não sejam planos de contribuição definida. Para esta modalidade de plano, a obrigação do Banco é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado (nota 22).

4. Componentes de Caixa e Equivalentes de Caixa	2018	2017
Disponibilidades	38.395	14.669
Aplicações no mercado aberto	398.032	560.056
Aplicações em depósitos interfinanceiros	95.008	110.558
Total	531.435	685.283

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2018		2017	
	De 1 a 12		De 1 a 12	
	Até 1 mês	meses	Total	Total
Aplicações no mercado aberto	1.007.062	300.544	1.307.606	560.056
Posição bancada				
LFT	-	-	-	99.998
NTN	-	-	-	201.559
LTN	1.007.062	300.544	1.307.606	258.499
Aplicações em depósitos interfinanceiros	95.008	-	95.008	110.558
Depósitos interfinanceiros	95.008	-	95.008	110.558
Total	1.102.070	300.544	1.402.614	670.614

6. Títulos e Valores Mobiliários: O custo atualizado (acrescidos dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários em 30 de junho de 2018 e 2017 eram os seguintes:

a) Títulos para negociação:

	2018				2017			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Valor de mercado/contábil	Custo atualizado	Valor de mercado/contábil	Custo atualizado
Carteira própria								
LTN	1.000	117.376	9.285	1.428	129.089	129.105	322.843	322.228
NTN	-	7.897	3.337	2.882	14.116	14.113	49.974	49.104
Subtotal	1.000	125.273	12.622	4.310	143.205	143.218	372.817	371.332
Vinculados a operações compromissadas								
LTN	-	40.569	-	-	40.569	40.561	-	-
Subtotal	-	40.569	-	-	40.569	40.561	-	-
Vinculados a prestação de garantias								
LTN	-	286.792	25.364	22.362	334.518	334.545	618.968	614.976
Subtotal	-	286.792	25.364	22.362	334.518	334.545	618.968	614.976
Total	1.000	452.634	37.986	26.672	518.292	518.324	991.785	986.308

b) Títulos disponíveis para venda

	2018				2017			
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Valor de mercado/contábil	Custo atualizado	Valor de mercado/contábil	Custo atualizado
Carteira própria								
LTN	-	-	-	-	-	-	48.981	48.984
Subtotal	-	-	-	-	-	-	48.981	48.984
Vinculados a prestação de garantias								
LTN	-	49.204	42.274	280.471	371.949	381.767	46.970	46.734
Cotas de fundo de investimento	26.369	-	-	-	26.369	26.369	-	-
Subtotal	26.369	49.204	42.274	280.471	398.318	408.136	46.970	46.734
Total	26.369	49.204	42.274	280.471	398.318	408.136	95.951	95.718

c) Títulos mantidos até o vencimento

	2018		2017		2018		2017	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Custo atualizado/contábil	Custo atualizado/contábil	Valor de mercado	Valor de mercado	Valor Ajuste a receber (pagar)	Valor Ajuste a receber (pagar)
Carteira própria								
Debêntures	4.120	3.889	8.009	130.959	8.863.012	38.653	3.760.436	738
Total	4.120	3.889	8.009	130.959	8.863.012	38.653	3.760.436	738
Contratos futuros								
Posição comprada								
DI					816.937	446	301.540	206
DDI					7.060.133	37.868	3.458.896	532
Dólar					985.942	339	-	-
Posição vendida					2.565.845	(2.925)	1.442.681	(582)
DI					1.106.078	(51)	820.525	(178)
DDI					874.088	(18)	95.934	(16)
Dólar					585.679	(2.856)	526.222	(388)
Contratos swap cambial com ajuste periódico								
Posição vendida					576.145	2.264	-	-
Dólar					576.145	2.264	-	-

7. Instrumentos Financeiros Derivativos: Os quadros a seguir demonstram os valores referenciais atualizados ao preço de mercado, os respectivos ajustes a receber e a pagar e as exposições líquidas nos balanços patrimoniais para os instrumentos financeiros derivativos em 30 de junho de 2018 e 2017:

Em 30 de junho de 2018, o custo atualizado/contábil está deduzido de provisão para perdas associadas ao risco de crédito no montante de R\$ 8.009 e o valor de mercado dos títulos mantidos até o vencimento representa R\$ 16.039 (2017 - R\$ 132.657) (nota 3 "d"). Os títulos públicos federais encontram-se custodiados na SELIC, as debêntures e as cotas de fundo de investimento no B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão.

Em 30 de junho de 2018, além dos ajustes diários de contratos futuros, encontra-se registrado na rubrica "Outras obrigações - negociação e intermediação de valores" no passivo circulante, o montante de R\$ 20 (2017 - R\$ 9), referente a comissões e corretagens a liquidar junto ao B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

	2018		2017			
	Valor de mercado	Valor de custo atualizado	Valor de mercado	Valor de custo atualizado		
	Valor referencial	Valor líquido	Valor líquido	Valor referencial	Valor líquido	Valor líquido
Contratos de swap	6.485.573			3.485.923		
Posição ativa						
CDI	6.468.937	6.453.165	6.358.760	3.485.923	3.485.923	3.475.465
Dólar	16.636	-	-	-	-	-
Posição passiva	(7.067.199)			(3.211.533)		
CDI	(15.772)	-	-	-	-	-
Dólar	(7.051.427)	(7.034.791)	(7.120.109)	(3.211.533)	(3.211.533)	(3.183.874)
Termo de moedas						
Posição ativa	585.062			710.966		
Dólar	326.582	43.502	48.115	580.995	451.666	454.184
Prefixado	258.480	-	-	129.971	-	-
Posição passiva	(570.540)			(713.967)		
Dólar	(283.080)	-	-	(129.329)	-	-
Prefixado	(287.460)	(28.980)	(30.543)	(584.638)	(454.667)	(456.321)
Total do valor líquido		(567.104)			271.389	

O quadro a seguir demonstra os valores referenciais atualizados ao preço de mercado registrados em contas de compensação e os respectivos prazos de vencimento em 30 de junho de 2018 e 2017:

	2018				2017	
	Até 1 mês	De 1 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Contratos futuros	2.172.036	2.723.283	870.957	5.662.581	11.428.857	5.203.117
DI	416.898	1.084.105	78.614	343.398	1.923.015	1.122.065
DDI	874.088	948.607	792.343	5.319.183	7.934.221	3.554.830
Dólar	881.050	690.571	-	-	1.571.621	526.222
Contratos swap cambial com ajuste periódico	115.646	403.461	57.038	-	576.145	-
Dólar	115.646	403.461	57.038	-	576.145	-
Contratos de swap	550	(69.145)	(103.273)	(409.758)	(581.626)	274.390
CDI	29.853	938.609	554.229	4.930.474	6.453.165	3.485.923
Dólar	(29.303)	(1.007.754)	(657.502)	(5.340.232)	(7.034.791)	(3.211.533)
Termo de moedas	(767)	(2.389)	9.506	8.172	14.522	(3.001)
Dólar	(23.787)	(67.030)	69.606	64.713	43.502	451.666
Prefixado	23.020	64.641	(60.100)	(56.541)	(28.980)	(454.667)

Os resultados apurados com instrumentos financeiros derivativos, nos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017, estão assim compostos:

	2018	2017
Swap	(474.492)	90.162
Termo	10.973	(7.731)
Futuro	576.070	(87.241)
Total	112.551	(4.810)

Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se registrados no B3 S.A.-Brasil, Bolsa, Balcão.

8. Gerenciamento de Riscos: Administração de Risco Operacional: O Banco possui uma estrutura de gerenciamento de risco operacional responsável por identificar, avaliar, monitorar, controlar, mitigar e reportar seus riscos, sendo amplamente difundida dentro da organização. Dentro desse contexto, todos os funcionários possuem acesso direto às ferramentas, metodologias e relatórios produzidos pela área de *Risk Management*, o que facilita na disseminação da cultura de controle de riscos dentro do Banco. A estrutura de risco operacional no Banco também contempla a participação da Diretoria Executiva, que é envolvida imediatamente em todos os eventos relevantes de risco e participa ativamente no acompanhamento das ações que visam a mitigação e resolução de tais eventos. Além do acompanhamento diário, a área de *Risk Management* também reporta os principais eventos de risco operacional ocorridos no mês em um relatório enviado aos chefes de área e às Diretorias Executivas do Banco e do BNS. **Administração de Riscos de Mercado e Liquidez:** Em linha com as determinações da casa matriz e seguindo as melhores práticas de administração de riscos aplicadas internacionalmente, o Banco possui uma estrutura de gerenciamento e controle de riscos abrangente, integrada e independente das áreas de negócio, que busca a otimização da relação risco/retorno privilegiando o acompanhamento eficaz e o rigoroso controle dos fatores de exposição a riscos. Um conjunto integrado de processos utilizando plataformas de sistemas locais e globais é responsável pela apuração, análise e reporte dos riscos de mercado e de liquidez. Os limites de risco são determinados e aprovados pela Diretoria Executiva local e da casa matriz, e monitorados de forma preventiva. Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez é realizado de forma diária por meio da utilização de modelos proprietários e instrumentos como *VaR* - *Value-at-Risk*, medidas de curto prazo de liquidez, projeções de fluxo de caixa, *stress test*, *backtesting*, análise de sensibilidade de juros, câmbio e volatilidade. A observância dos requerimentos do BNS permitiu ao Banco o atendimento às exigências do BACEN quanto à implementação da estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos (Resolução CMN nº 4.557), mais especificamente no que trata dos riscos de mercado e de liquidez. Além disso, o Banco apura os requerimentos de capital devido à exposição ao risco de mercado segundo os critérios definidos pela Resolução CMN nº 4.193. **Administração de Risco de Crédito:** Em linha com as determinações do BACEN (Resoluções CMN nº 2.682, 2.844, 4.557, entre outras) e com a filosofia de gestão de riscos da

organização, o Banco possui uma estrutura de gerenciamento de risco de crédito que engloba a análise e o estabelecimento de limites de crédito individuais para seus clientes, bem como a análise e o monitoramento do risco de crédito agregado do Banco, que considera todas as linhas de produtos oferecidas e todos os segmentos econômicos nos quais os tomadores atuam. A cultura de risco de crédito é fortemente difundida no Banco e a descrição dos produtos oferecidos aos tomadores contempla a identificação dos riscos de crédito, de mercado e operacional, bem como os sistemas de informação que irão controlá-los. Os limites de crédito individuais para tomadores são aprovados com a utilização de técnicas/metodologias próprias do Banco, e revistos pelo menos uma vez ao ano, juntamente com os respectivos *ratings*, sendo que estes, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682, são revistos semestralmente para operações de um mesmo cliente ou grupo econômico cujo montante exceda 5% do patrimônio líquido ajustado do Banco. De forma sistemática, a Diretoria Executiva e as áreas de controle de riscos atuam ativamente no gerenciamento do risco de crédito, o que envolve a aprovação dos limites de crédito individuais e a aprovação das políticas institucionais. Adicionalmente, atuam no monitoramento da carteira de crédito agregada e na avaliação dos resultados dos testes de estresse, que são exercícios utilizados na avaliação de potenciais impactos de eventos adversos no portfólio de crédito da instituição. **Gerenciamento de capital:** O Banco está empenhado em manter uma sólida base de capital a fim de suportar os riscos associados aos seus negócios. A estrutura de gerenciamento contínuo de capital do Banco, que engloba políticas internas, medidas e procedimentos que se referem ao gerenciamento de capital e ao Processo Interno de Avaliação da Adequação do Capital, está em linha com a política global do BNS e atende aos requerimentos do BACEN dispostos na Resolução CMN nº 4.557. Os princípios que governam a estrutura de gerenciamento de capital do Banco visam atender aos seguintes aspectos: determinações do regulador; existência de governança e supervisão apropriadas; políticas, estratégias e medidas de gerenciamento de capital que foquem nas relações entre propensão de risco, perfil de risco e capacidade de capital; sólido processo de gerenciamento de risco; processo de avaliação de adequação de capital que esteja de acordo com as políticas de governança e capital; existência de sistemas, processos e controles adequados para auxiliar no planejamento, previsão, mensuração, monitoramento e elaboração de relatórios sobre o capital. A Diretoria Executiva está diretamente envolvida no gerenciamento contínuo de capital, sendo responsável também pela revisão e aprovação, anualmente, das políticas internas do Banco. Adicionalmente, a Diretoria Executiva atua no monitoramento do nível e da adequação do capital do Banco por meio de relatórios periódicos produzidos e enviados pelas áreas diretamente envolvidas no processo de gerenciamento de capital. A descrição da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital está evidenciada em relatório de acesso público, disponível no endereço: <http://www.br.scotiabank.com> (não auditado).

9. Operações de Crédito: a) Composição da carteira de crédito por tipo de operação, atividade e prazo:

Setor privado	2018					2017
	A vencer					
Cédula de crédito bancário (CCB)	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total	
Indústria	40.442	45.422	117.296	10.453	213.613	237.315
Comércio	34.529	8.877	14.750	10.453	68.609	57.031
Outros serviços	5.877	15.322	12.546	-	33.745	53.013
	36	21.223	90.000	-	111.259	127.271

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

	2018					2017
	A vencer					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total	
Setor privado						
Nota de crédito à exportação (NCE)	6.278	579.671	577.815	-	1.163.764	565.647
Indústria	6.278	579.671	577.815	-	1.163.764	498.226
Agrícola	-	-	-	-	-	5.514
Outros serviços	-	-	-	-	-	61.907
Financiamento para importação	10.966	-	-	-	10.966	6.058
Comércio	10.966	-	-	-	10.966	6.058
Adiantamentos sobre contratos de câmbio Exportação - Letras a entregar (ACC)	186.793	21.303	-	-	208.096	232.339
Indústria	186.793	21.303	-	-	208.096	140.161
Comércio	-	-	-	-	-	92.178
Rendas a receber de ACC	3.882	33	-	-	3.915	2.333
Indústria	3.882	33	-	-	3.915	896
Comércio	-	-	-	-	-	1.437
Adiantamentos sobre contratos de câmbio Exportação - Letras entregues (ACE)	58.072	60.299	-	-	118.371	44.216
Indústria	58.072	60.299	-	-	118.371	44.216
Rendas a receber de ACE	195	206	-	-	401	177
Indústria	195	206	-	-	401	177
Variação cambial sobre ACC/ACE (i)	37.384	3.827	-	-	41.211	10.035
Indústria	37.384	3.827	-	-	41.211	10.035
Operações com característica de concessão de crédito	1.860	-	-	-	1.860	115.974
Indústria	-	-	-	-	-	100.445
Comércio	1.860	-	-	-	1.860	15.529
Total	345.872	710.761	695.111	10.453	1.762.197	1.214.094

(i) Conforme instruções do BACEN, o Banco calcula a provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base no saldo da moeda estrangeira de ACC/ACE convertido em reais mensalmente pela taxa de câmbio (PTAX) fornecida pelo BACEN para fins de balanço.

Em 30 de junho de 2018 e 2017 não foram identificadas operações de cessão de crédito com transferência ou retenção substancial dos riscos e benefícios, de acordo com a Resolução CMN nº 3.533.

b) Concentração do risco de crédito:

	2018	2017
Principal devedor	1.163.764	(i) 498.226
Percentual sobre o total da carteira de crédito	66,0%	41,0%
20 maiores devedores	1.762.197	1.214.094
Percentual sobre o total da carteira de crédito	100,0%	100,0%

(i) Vide nota 24 "a".

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Nível de Risco	% de Provisão	Total da carteira		Provisão para créditos de liquidação duvidosa		
		2018	2017	Mínima	Excedente (i)	Existente
AA	0,0%	1.517.130	612.907	-	-	-
A	0,5%	93.898	485.987	(470)	-	(470)
C	3,0%	31.366	-	(941)	(1.568)	(2.509)
D	10,0%	-	14.755	-	-	-
G	70,0%	119.803	-	(83.862)	-	(83.862)
H	100,0%	-	100.445	-	-	-
Total		1.762.197	1.214.094	(85.273)	(1.568)	(86.841)

(i) Provisão excedente aos percentuais mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682.

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2018	2017
Saldos no início dos semestres	(74.289)	(26.484)
Constituição de provisão	(13.374)	(77.867)
Reversão de provisão	822	-
Saldos no final dos semestres	(86.841)	(104.351)

e) Créditos renegociados, recuperados e baixados para prejuízo

O montante de créditos renegociados no semestre findo em 30 de junho de 2018 representa R\$ 163.444 (2017 - R\$ 42.574).

Durante os semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017, não houve recuperações e créditos baixados para prejuízo.

10. Carteira de Câmbio - Circulante

	2018	2017
Câmbio comprado a liquidar	459.422	291.897
Direitos sobre vendas de câmbio	52.341	4.332
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	4.316	2.510
Total	516.079	298.739
Câmbio vendido a liquidar	52.289	4.409
Obrigações por compra de câmbio	416.734	281.825
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(326.467)	(276.555)
Total	142.556	9.679

11. Outros Créditos - Diversos

	2018	2017
Créditos tributários - IRPJ e CSLL (nota 19 "b")	60.454	74.788
Depósitos judiciais (nota 17 "d")	36.677	34.986
Antecipação de IRPJ e CSLL	7.429	2.373
Operações com característica de concessão de crédito	1.860	115.974
Outros	1.130	1.697
Total	107.550	229.818
Ativo circulante	21.065	176.882
Realizável a longo prazo	86.485	52.936

12. Depósitos

	2018					2017
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total	
Depósitos à vista	146	-	-	-	146	206
Depósitos interfinanceiros	-	25.179	-	-	25.179	70.089
Depósitos a prazo	-	156.326	221.188	131.626	509.140	1.664.919
Total	146	181.505	221.188	131.626	534.465	1.735.214

Em 30 de junho de 2018 o percentual médio das captações dos depósitos é 99,4% do DI.

13. Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares: Em 30 de junho de 2018, o Banco possui obrigação por emissão de Letras Financeiras no montante de R\$ 859 (2017 - R\$ 21.673) com vencimento até fevereiro de 2019 e taxa de captação de 16,2% ao ano.

14. Obrigações por Empréstimos: As obrigações por empréstimos no exterior no montante de R\$ 1.890.091 (2017 - R\$ 1.036.183) estão representados, basicamente, por aplicações destinadas a financiamentos a exportação, com vencimentos até junho de 2020. As operações são atualizadas pela variação cambial acrescidas de juros que variam de 2,11% a 3,51% ao ano.

15. Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias

	2018	2017
Provisão para IRPJ e CSLL diferidos (nota 19 "b")	36.277	62.941
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	43.302	2.274
Impostos e contribuições a recolher	3.771	1.284
Total	83.350	66.499

	2018	2017
Passivo circulante	48.381	44.454
Exigível a longo prazo	34.969	22.045

16. Outras Obrigações - Diversas

	2018	2017
Provisão para contingências fiscais e trabalhistas (nota 17 "d")	25.979	22.581
Salários, gratificações e encargos sociais	20.822	17.710
Contas a pagar - despesas administrativas	937	917
Outras	414	689
Total	48.152	41.897
Passivo circulante	17.208	13.185
Exigível a longo prazo	30.944	28.712

17. Contingências e Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias: a) **Contingências ativas:** O Banco não possui qualquer ativo contingente reconhecido em seu balanço, assim como não possui neste momento, processos judiciais que gerem expectativa de ganhos futuros. b) **Contingências passivas:** O Banco é parte em processos de ações judiciais e administrativas decorrentes do curso normal de suas atividades, envolvendo questões de natureza trabalhista, fiscal e previdenciária. A avaliação para constituição de provisões é efetuada, conforme critérios descritos na nota 3 "m". O Banco mantém provisões constituídas para esses passivos contingentes classificados como perdas prováveis, em montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas. Os valores provisionados encontram-se registrados na rubrica "Outras obrigações - diversas" (nota 16), no exigível a longo prazo. As ações trabalhistas em andamento classificadas como perdas possíveis, representam o montante de

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

R\$ 30.966 (2017 - R\$ 28.916). Os processos trabalhistas em sua maioria referem-se a ações ajuizadas por ex-empregados e terceirizados com o objetivo de obter indenizações, substancialmente no que se refere ao pagamento de horas extras e outros direitos trabalhistas. Existem processos em andamento de natureza fiscal classificados como perdas possíveis no montante de R\$ 10.155 (2017 - R\$ 12.192), decorrentes de tributos que o Banco vem discutindo judicialmente, basicamente relativo a um pedido de compensação de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, no montante de R\$ 5.141 (2017 - R\$ 5.015) e a um pedido de nulidade do auto de infração no montante

de R\$ 5.014 (2017 - R\$ 4.675), referente a impostos (ISS) reclamados pela Prefeitura Municipal de São Paulo, incidentes sobre serviços prestados pelo Banco. Estes processos possuem depósitos judiciais suficientes para cobertura do risco fiscal. **c) Obrigações legais:** A provisão para contingência do processo principal no montante de R\$ 18.045 (2017 - R\$ 17.431), incluindo o seu depósito judicial de valor equivalente à provisão, refere-se a uma contestação judicial quanto à exigibilidade da contribuição ao Programa de Integração Social - PIS, nos termos da Emenda Constitucional nº 17/97 e Lei Complementar nº 7/70 no tocante à sua legalidade ou constitucionalidade.

d) Movimentação dos saldos

	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Reversão	Atualização	Saldo em 30/06/2018	Depósitos judiciais (i)	
						2018	2017
Trabalhistas	836	-	(196)	-	640	397	249
Contingências fiscais	-	-	-	-	-	10.380	9.910
Obrigações legais	24.836	118	-	385	25.339	25.900	24.827
Total	25.672	118	(196)	385	25.979	36.677	34.986

(i) Vide nota 11.

18. Patrimônio Líquido: O capital social, totalmente integralizado, está representado por 4.200.439.657 (2017 - 2.221.627.157) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 01 de fevereiro de 2018, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária - AGE, o Banco recebeu recursos dos acionistas para o aumento do capital social no montante de R\$ 474.915, representado por 1.978.812.500 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 19 de fevereiro de 2018, o Banco obteve aprovação pelo Banco Central do Brasil para esta alteração. A Administração deliberará em Assembleia Geral, a cada se-

mestre, o montante mínimo relativo à distribuição de dividendos referente ao lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas.

Reservas de lucros: A reserva legal é constituída à alíquota de 5% do lucro líquido do semestre, até o limite definido pela legislação vigente. O saldo da reserva estatutária refere-se a parcela não distribuída de lucros de exercícios anteriores, que por decisão da Assembleia Geral, foram transferidos para os exercícios subsequentes.

19. Imposto de Renda e Contribuição Social: a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações

	2018		2017	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação e após participações nos lucros	57.365	57.365	(39.326)	(39.326)
Adições (exclusões) temporárias	49.177	49.177	48.529	48.529
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	29.905	29.905	(35.681)	(35.681)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	12.552	12.552	77.867	77.867
Provisão para riscos de crédito - Debêntures	(1.440)	(1.440)	893	893
Outras	8.160	8.160	5.450	5.450
Adições (exclusões) permanentes	76	78	(1.846)	(1.845)
Base tributável	106.618	106.620	7.357	7.358
Compensação de prejuízo fiscal e da base negativa da contribuição social	(6.082)	(15.188)	(2.207)	(2.207)
Base tributável após a compensação	100.536	91.432	5.150	5.151
Alíquotas	25%	20%	25%	20%
Total IRPJ e CSLL - valores correntes antes dos incentivos fiscais	(25.122)	(18.287)	(1.275)	(1.030)
Incentivos fiscais	106	-	30	-
Total IRPJ e CSLL - valores correntes	(25.016)	(18.287)	(1.245)	(1.030)
Crédito tributário	3.441	340	20.746	16.521
Passivo fiscal diferido	7.312	8.267	(9.165)	(7.280)
Total	(14.263)	(9.680)	10.336	8.211

b) Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos de acordo com a natureza e origem

	Saldo em 31/12/2017		Realização/Reversão	Saldo em 30/06/2018	
	Créditos tributários	Prejuízo fiscal e base negativa		Créditos tributários	Prejuízo fiscal e base negativa
Refletido no resultado	52.746	12.018	(8.237)	56.527	
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	4.580	-	(4.580)	-	
Provisão para riscos fiscais e trabalhistas	10.266	201	(78)	10.389	
Provisões indedutíveis	3.815	3.935	(115)	7.635	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	29.813	5.449	(381)	34.881	
Provisão para riscos de crédito - Debêntures	4.212	2.420	(3.023)	3.609	
Provisão para ajustes prudenciais	60	-	(60)	-	
Marcação a mercado de TVM classificados como negociação	-	13	-	13	
Refletido no patrimônio líquido	-	3.927	-	3.927	
Marcação a mercado de TVM classificados como disponíveis para venda	-	3.927	-	3.927	
Total	52.746	15.945	(8.237)	60.454	
Passivo fiscal diferido	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Realização/Reversão	Saldo em 30/06/2018	
Refletido no resultado	(51.856)	(20.119)	35.698	(36.277)	
Marcação a mercado de derivativos	(44.334)	(19.870)	35.168	(29.036)	
Marcação a mercado de TVM classificados como negociação	(530)	-	530	-	
Atualização monetária de depósitos judiciais	(6.992)	(249)	-	(7.241)	
Refletido no patrimônio líquido	(334)	-	334	-	
Marcação a mercado de TVM classificados como disponíveis para venda	(334)	-	334	-	
Total	(52.190)	(20.119)	36.032	(36.277)	

c) Previsão da realização dos créditos tributários sobre prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e de diferenças temporárias

Prazo de Realização	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal e base negativa	Total
1º Ano	10.645	-	10.645
2º Ano	1.492	-	1.492
3º Ano	7.507	-	7.507
4º Ano	10.640	-	10.640
5º Ano	19.772	-	19.772
6º ao 10º Ano	10.398	-	10.398
Total	60.454	-	60.454
Valor Presente (i)	43.121	-	43.121

(i) Para ajuste a valor presente foi usada a taxa anual de CDI projetada. Na data do balanço, inexistem créditos tributários não ativados.

20. Partes Relacionadas: As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 3.750, observado o

Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação de Partes Relacionadas, aprovado pelo CPC. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas. **a) Transações com partes relacionadas:** As operações com partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	2018	2017	30/06/2018	30/06/2017
Disponibilidades	1.821	9.284	(6.398)	7.740
BNS	1.821	9.284	(6.398)	7.740
Carteira de câmbio - posição ativa	8.232	8.700	199	567
BNS	8.232	8.700	199	567
Valores a receber (pagar) sociedades ligadas/receitas (despesas) de prestação de serviços	(164)	(104)	19.750	21.907

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	2018	2017	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
BNS	(297)	(235)	18.469	18.958
Scotiabank & Trust (Cayman)	-	-	1.270	1.235
Scotiabank Inverlat (México)	133	131	11	1.714
Depósitos a prazo	(759)	(713)	(23)	(38)
Scotia Participações e Serviços	(759)	(713)	(23)	(38)
Obrigações por empréstimos	(1.879.124)	(1.030.125)	(252.768)	(18.637)
BNS	(1.879.124)	(1.030.125)	(252.768)	(18.637)
Carteira de câmbio - posição passiva	(8.231)	(8.740)	(350)	(210)
BNS	(8.231)	(8.740)	(350)	(210)

b) Remuneração da administração: Para fins de divulgação da remuneração dos administradores foram considerados os diretores estatutários. As despesas com a remuneração dos administradores para o semestre findo em 30 de junho de 2018 totalizam R\$ 4.982 (2017 - R\$ 3.844), sendo formadas por R\$ 3.821 (2017 - R\$ 3.125), que representam salários e encargos, participações nos lucros e gratificações e encargos sobre gratificações, denominados benefícios de curto prazo e por R\$ 1.161 (2017 - R\$ 719), que representa remuneração baseado em ações e encargos. Não existem benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

21. Pagamento baseado em ações: Os planos de pagamento baseado em ações são avaliados com base no preço da ação ordinária do BNS, negociada na bolsa de valores em Toronto no Canadá (TSX). As flutuações do preço das ações do BNS alteram o valor das unidades, o que afeta as despesas de pagamento do Banco com base em ações. Uma parcela que apura o valor justo do preço das ações varia também de acordo com o desempenho do Banco. Estes planos são liquidados em dinheiro e tem a sua despesa contabilizada no resultado do período em contrapartida a uma provisão no passivo. Os funcionários elegíveis são pagos na forma desta remuneração variável, através de um dos seguintes planos: RSU, PSU ou DPP. **a) Plano de Unidades de Ações Restritas (RSU - Restricted Share Unit Plan):** De acordo com o plano de RSU, os funcionários elegíveis receberão um bônus em unidades de ações restritas no final de três anos. O valor final a ser pago varia em função do preço da ação do BNS. Em 30 de junho de 2018, o valor do passivo provisionado para este plano é de R\$ 986 (2017 - R\$ 975) e a quantidade total de ações é de 6.339 unidades mensuradas pelo valor justo ponderado de R\$ 0,214 por ação. O total da despesa registrada no período para este plano é de R\$ 162 (2017 - R\$ 149). **b) Plano de Unidades de Ações por Desempenho (PSU - Performance Share Unit Plan):** De acordo com o plano de PSU, os funcionários elegíveis receberão um bônus ao final de três anos. Além da variação do preço da ação do BNS, esta parcela dos bônus está sujeita a critérios de desempenho (Retorno sobre o patrimônio líquido e Retorno total ao acionista) medido ao longo de um período de três anos, pelo qual um fator multiplicador é aplicado. Em 30 de junho de 2018, o valor do passivo provisionado para este plano é de R\$ 3.618 (2017 - R\$ 3.661) e a quantidade total de ações é de 27.255 unidades mensuradas pelo valor justo ponderado de R\$ 0,214 por ação. O total da despesa registrada no período para este plano é de R\$ 729 (2017 - R\$ 263). **c) Plano de Desempenho Diferido**

(DPP - Deferred Performance Plan): No âmbito do plano de DPP, a parte dos bônus recebida pelos funcionários elegíveis a este plano é alocada na forma de unidades. Estas unidades têm os seus valores definidos com base na variação do preço de mercado das ações do BNS e são pagas aos funcionários em cada um dos três anos seguintes. Em 30 de junho de 2018, o valor do passivo provisionado para este plano é de R\$ 2.631 (2017 - R\$ 2.572) e a quantidade de ações é de 13.397 unidades mensuradas pelo valor justo médio ponderado de R\$ 0,196 por ação, apurado com base nos preços originais das ações quando foram concedidas. Não houve despesa registrada no semestre para este plano (2017 - R\$ 487).

22. Benefícios a empregado pós-emprego: Para o plano de contribuição definida pós-emprego, o Banco oferece aos seus funcionários o benefício de previdência privada complementar através de contribuições mensais e que cessa a contribuição, após o desligamento do funcionário. O total das despesas com pessoal para este plano, no semestre findo em 30 de junho de 2018, é de R\$ 428 (2017 - R\$ 429). Outros planos de contribuição definida pós-emprego, são considerados benefícios de curto prazo, como assistência médica e participações nos lucros. O Banco não possui planos de benefício definido pós-emprego aos seus empregados.

23. Índice de Basileia e Limites Operacionais: O Banco adota a apuração dos limites de Basileia com base nas diretrizes do BACEN. Em 30 de junho de 2018 e 2017, o índice de Basileia do Banco era de 28,52% e 23,20%, respectivamente, o Patrimônio de Referência de R\$ 1.026.139 (2017 - R\$ 491.690) e o Patrimônio mínimo exigido para os montantes dos ativos ponderados pelo risco (RWA) de R\$ 310.328 (2017 - R\$ 196.055). Outros limites operacionais também são exigidos pelo regulador, como o Índice de Imobilização. O Banco encontra-se enquadrado em todos os limites no final destes semestres.

24. Outras Informações: a) Operações ativas vinculadas - Circular BACEN nº 3.233: Em 30 de junho de 2018, o Banco possui operações ativas vinculadas no âmbito da Resolução CMN nº 2.921, com um único devedor, demonstradas no quadro a seguir:

	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	2018	2017	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Operações de crédito				
NCE (nota 9 "a")	1.163.764	498.226	134.822	30.556
Obrigações por empréstimos				
Empréstimos no exterior (nota 14)	(1.164.701)	(500.101)	(135.849)	(32.431)
Resultado líquido			(1.027)	(1.875)

A remuneração das operações ativas vinculadas é suficiente para cobrir os custos das operações de captação. O resultado líquido apresentado destas operações, reflete o critério contábil para atualização cambial de operações ativas e passivas contratadas com cláusula de reajuste cambial, conforme definido pelo BACEN. Não existem operações ativas vinculadas inadimplentes ou com questionamento judicial. Estas operações não devem ser computadas na apuração dos limites de exposição por cliente, estabelecidos na Resolução CMN nº 2.844.

b) Outras receitas operacionais: Em 30 de junho de 2018, Outras receitas operacionais referem-se substancialmente a rendas de outros créditos com característica de concessão de crédito, rendas com atualização de impostos e depósitos judiciais, recuperação de despesas com partes relacionadas e reversão de provisões operacionais.

A Diretoria

Contador: André Luis Pereira Jório - CRC 1SP 158279/O-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e aos Administradores do
Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo - São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor**

pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de agosto de 2018



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Giuseppe Masi
Contador CRC 1SP176273/O-7



Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo
CNPJ nº 29.030.467/0001-66
Av. Brigadeiro Faria Lima nº 2.277, 7º Andar
CEP 01452-000, São Paulo - SP

Tel.: (11) 2202-8100
www.br.scotiabank.com